

SÍTIO ARQUEOLÓGICO: UM EXEMPLAR DE TERRITÓRIO(S)

Janete Valéria dos SANTOS*

Neide BARROCÁ FACCIO**

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir os conceitos de território e identidade a partir da experiência propiciada pelas atividades do Projeto Paranapanema (ProjPar), no município de Iepê-SP, envolvendo salvamentos arqueológicos de sítios cerâmicos pertencentes a grupos indígenas Guarani pré-coloniais. Desenvolver essas atividades arqueológicas significa trabalhar com a preservação de bens culturais sob a temática de patrimônio cultural brasileiro. Nessa perspectiva, para entendimento do conceito território, de maneira geral, interessa-nos a ligação de cunho afetivo, cultural, político e econômico que o homem na sua relação de sociedade/grupos estabelece frente a um dado local. Assim, considerando que sempre haverá formas novas junto com formas velhas num dado local, o sítio arqueológico é tomado como referência do tempo no lugar, o qual dá um sentido de identidade ao ser re-apropriado como um exemplar da memória coletiva brasileira.

Palavras-chave: território, identidade, sítio arqueológico, patrimônio cultural.

ARCHAEOLOGYCAL SITE: A COPY OF TERRITORY (IES)

Abstract: This present article has the aim of debating the concepts of territory and identity from the experience furnished by the activities of the Paranapanema Project (ProjPar), in the town of Iepê-SP, involving

* Endereço eletrônico: janvsan@hotmail.com. Mestre pela UFMS – Campus de Aquidauana.

** Endereço eletrônico: nfaccio@terra.com.br. Doutora FCT/UNESP.

archaeological saving of sites belonging to pre-colonial Guarani indigenous groups. Developing these archaeological activities means to work with the preservation of cultural resources under the theme of Brazilian cultural patrimony. In this perspective, for the understanding of the concept of territory, in general, we are interested in the affective, political and economical link that man in his society relationship establish before a local datum. Thus, considering that there will always be new forms with old forms in a given place, the archaeological site is taken as reference of time in the place, which gives a sense of identity to be retaken as an example of the collective Brazilian memory.

Keywords: territory, identity, archaeological site, cultural patrimony.

1. Introdução

Todos somos Brasil. O problema é saber como somos Brasil, isto é, conhecer e reconhecer, dentro da totalidade brasileira, a particularidade própria, que com ela se articula, para poder propor uma ação política e, mesmo, uma teoria do Brasil, isto é, uma ação política conseqüente que possa ser eficaz e que não seja o resultado de propostas isoladas, pequenas, fragmentárias. Saber quem somos é possível somente se sabemos quem somos em relação a outros, ninguém é em abstrato, não existe um ser em absoluto. A existência é o resultado de acontecimentos sociais, somente mensurável na relação com o outro, que pode ser, como está sendo, uma relação que esgota, mas que pode ser estudada a partir dessa realidade (SANTOS, M., 2002 apud SCHIAVETTO, 2005, p. 86-87).

Nesse sentido, destaca-se o papel que a Arqueologia pode prestar à sociedade quando se detém a estudar objetos de nossos ancestrais que remetem a um tempo cronológico anterior à chegada dos europeus nessa terra, que mais tarde seria denominada Brasil. Assim, a discussão que se inicia tende a permear assuntos arqueológicos e geográficos com o fim de buscar entendimento acerca do vínculo que estabelecemos entre território e quem somos ressaltando essa questão intrínseca de tempo e espaço como nos sugere Santos (2002). Por meio da temática arqueológica envolvendo

sítios arqueológicos e seus vestígios culturais deixados por seus ocupantes – por exemplo, índios pré-coloniais Guarani – vamos buscar um enfoque dessa pergunta complexa que envolve termos como identidade(s), território e patrimônio cultural.

Nesse caso, a princípio, para darmos início ao raciocínio é importante frisar que os sítios arqueológicos são apreendidos como componentes do patrimônio cultural, por meio dos objetos culturais – em geral, cerâmicas e líticos – que dão testemunho “material” de um modo de vida pretérito Guarani desenvolvido nesses locais.

2. Território(s) e identidade(s)

Segundo Andrade (2002, p. 92-93), “a análise geográfica ocupa um lugar em qualquer investigação sobre as civilizações”, haja vista que

é no trabalho e pelo trabalho que materializamos o tempo e damos vida às espacializações. Enquanto o tempo trabalha em nós, no espaço do nosso corpo deixando a sua cronologia, é por meio do trabalho, da ação humana, que o tempo se materializa no que construímos, se ‘amarra’ em algum lugar; substancializa uma espacialidade. Assim representamos e simbolizamos espaços e tempos unos e múltiplos (RIQUE, 2004, p. 16).

O sítio arqueológico na sua própria definição evoca essa “amarração”, ao referenciar, no lugar, a presença de objetos culturais pretéritos, como é o caso dos vestígios pré-coloniais Guarani que, em suma, correspondem à materialização de um trabalho desempenhado por homens e mulheres Guarani. Nesse sentido, é importante enfatizar que o sítio arqueológico só existe na sua tênue ligação entre presente/passado e futuro. Assim, ele é uma referência do tempo no lugar.

Nas palavras de Ratts (2003, p. 39), “o vínculo com a terra informa sobre o grupo, compõe sua identidade e traduz sua trajetória assinalada por marcos, limites, percursos dos antepassados, divergências internas,

relações com os outros”. Ou ainda, nas palavras de Claval (1999, p. 207), “não há sociedade sem espaço para lhe servir de suporte”.

Com efeito,

todos sabemos que as formas espaciais são produtos históricos. O espaço produzido é um resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem. Nesse sentido, a paisagem manifesta a historicidade do desenvolvimento humano, associando objetos fixados ao solo e geneticamente datados. **Tais objetos exprimem a espacialidade de organizações sócio-políticas específicas e se articulam sempre numa funcionalidade do presente.** Aparentemente formas inertes possuem, contudo, o poder de influir na dinâmica da sociedade (MORAES, 1988, p. 15, grifos nossos).

E mais,

as formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos, interesses, necessidades, utopias. São projeções dos homens (reais, seres históricos, sociais e culturais), na contínua e cumulativa antropomorfização da superfície terrestre. Um processo ininterrupto onde o próprio ambiente construído estimula as novas construções. Isto é: a paisagem é ao mesmo tempo um resultado e o alimento dos projetos de produção do espaço. A práxis humana implica a constante edificação de formas não naturais na crosta do planeta, formas alimentadas por pré-ideações que têm o espaço vivenciado como estímulo (Ibid., p. 22-23).

De acordo com Moraes (1988, p. 148-149), tomando por base a concepção de Marx, “o que faz de uma região da Terra um território de caça, é o fato de tribos aí caçarem”. Ou seja, são os processos sociais que qualificam o espaço, definindo-o, e não o contrário.

Segundo Arantes (1984),

[...] para nenhum grupo humano o espaço vital é um conjunto de objetos físicos, vazios de significado. Toda cultura, antiga ou moderna, de nações política e socialmente complexas ou de pequenos grupos de caçadores-coletores nômades, transforma o 'espaço físico' em "lugar", "território" ou "lar". Essa regra não se aplica apenas aos espaços privados, ao interior das casas ou aos locais de culto. Ruas, caminhos, praças, campos e montanhas, rios, praias e o mar são apropriados pelos grupos humanos de acordo com concepções que são próprias de seus modos de vida (ARANTES, 1984, p. 9).

Como consequência dessa condição humana essencial, estabeleceu-se aí uma condição de um determinado grupo exercer um tipo de poder, uma mudança para controle sobre/do espaço, adaptando-o para o pleno desenvolvimento das regras sociais do grupo a que pertence, apresentando nuances conjugadas de fins culturais, políticos e/ou econômicos, que nessa perspectiva, permitem avançar na discussão geográfica envolvendo o conceito de território.

Para Haesbaert (2004), dentre vários autores que já se dedicaram em investigar o conceito território, é possível fazer uma síntese das várias tipologias atribuídas ao termo. Conclui o autor que há três vertentes básicas, sendo: 1) *jurídico-política*, segundo a qual "o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal"; 2) *cultural(ista)*, que "prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço"; 3) *econômica*, "que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho" (HAESBAERT, 1997, apud TURRA NETO, 2000, p. 91).

Nesse sentido, o mais comum são "posições múltiplas", que trabalham com a união de duas vertentes, sendo que a de maior notoriedade é a de dimensão política (HAESBAERT, 2004; TURRA NETO, 2000, 2004). Primeiramente, uma junção do político e do econômico, na qual parece se enquadrar Raffestin (1993). Depois Haesbaert (2004) apresenta uma junção do político com o cultural. Marcelo de Souza (1995) trabalha uma versão política de território, e o próprio Turra Neto (2000) apresenta um viés cultural na abordagem de território.

Na análise de Raffestin (1993), é na ação de produzir um valor, uma representação, um controle sobre o espaço que os homens, num campo relacional de **poder**, constroem territórios. Para o autor, a consolidação do conceito de território só se faz compreensível ao se analisar o poder, que seguindo seu raciocínio é inerente a todas as relações sociais.

Para Raffestin (1993),

o espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si. [...] Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço é expresso por uma representação que revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.

Todo projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que, é claro, supõem uma posse de códigos, de sistemas sêmicos (RAFFESTIN, 1993, p. 134, grifos nossos).

A análise de Raffestin, como um dos primeiros autores envolvidos no debate teórico acerca do conceito território, faz-nos refletir sobre suas características como “controle”, “projeto”, “jogo de poder entre sujeitos”, “limites” etc, como veremos mais adiante. No entanto, desde já, é imperioso abrir um parêntese referente ao seu esforço em precisar o que é território perante espaço.

Se Raffestin (1993, p. 144) apresenta o espaço – ‘prisão original’ – e território – ‘a prisão que os homens constroem para si’, essa colocação deve ser contextualizada com sua reflexão de território como estabilidade, delimitação e/ou fronteira, imobilidade, para alcançar uma análise política de constituição de território “Estado-nação”, amparado no preceito do espaço ser finito e, portanto, o espaço e o tempo são trunfos ou recursos do território. A própria noção com que o autor trabalha como o “espaço ser finito” já faz remeter à idéia de que “substrato físico da Terra” seria o mesmo que “espaço” e que, portanto, sobre esse substrato estão dadas as relações entre sujeitos, principalmente as de ordem política. Por outro lado, ao termo “prisão” é confiada a condição básica/indissociável de que o homem se

localiza em alguma parte desse “substrato físico da Terra”, de modo que, esse termo ‘prisão’ faz-nos lembrar da seguinte frase apresentada por Gonçalves (2005): “o ser social é indissociável do estar”. Mediante sua localização, os homens modificam esse “substrato físico da Terra” por meio das suas idealizações, projetos, interesses, o que, conseqüentemente, gera uma cumulativa cristalização de trabalho humano, geração de formas espaciais, e que, assim, caracteriza para esses homens a condição de análise do conceito território.

Dessa maneira, nesse local, seguindo uma linha cronológica de tempo, haverá sempre formas novas junto com formas velhas, de maneira que tais formas só são legíveis para o indivíduo, mediante sua condição coletiva de ser cultural que se apropria de algo que tem um sentido particular a ele. Ou seja, não podemos nos esquecer que novos significados são atribuídos a essas “heranças espaciais” – fruto de trabalho humano pretérito – para dotá-las de funcionalidade, servindo num tempo presente a determinado grupo.

Assim, considerando a mutabilidade dos projetos territoriais ligada ao apoio que as formas espacializadas são para eles, é que devemos centrar a atenção na seguinte colocação de Raffestin (1993), quando problematiza que o espaço é um “espaço relacional ‘inventado’ pelos homens”, haja vista que:

[...] o espaço tem duas faces: uma é o plano da expressão [...] [ou espaço real] e a outra é o plano do conteúdo, [...] que tem seu significado dado pelos atores sociais”. Dessa forma, em estreita relação com o espaço real, há um “espaço abstrato” simbólico, ligado à ação das organizações. É, de certa forma, o espaço relacional “inventado” pelos homens e cuja permanência se inscreve em escalas de tempo diferentes do espaço real “dado” (RAFFESTIN, 1993, p. 48).

Seguindo esse raciocínio, para entendimento do sítio arqueológico como lugar¹ desdobrando-se em paisagens e territórios, o espaço que nos

¹ Retomando a citação de Rique (2004, p. 34): [...] os lugares têm vida, as espacialidades, não. Nos lugares as pessoas estão praticando alguma ação; aí há relações inter-pessoais diversas. [...] Portanto, não existem lugares vazios e sim espacialidades mortas.

interessa é o “espaço relacional”, pois só assim temos embasamento teórico para discutir a apropriação simbólica que se faz dos vestígios e sítios arqueológicos, de forma que, inerente a essa construção de conhecimento, seja impróprio pensarmos tais áreas de antigos assentamentos indígenas, como acontece no senso comum, como “um monte de cacos cerâmicos velhos jogados ao léo”.

Turra Neto (2000), fazendo uma leitura do trabalho de Raffestin, complementa que

[...] a formação de um território implica em comunicação, a partir da qual um ator informa a outro suas intenções e o espaço que elas ocupam. A partir de um esquema, o autor demonstra que um dado ator, localizado em um determinado ponto do espaço, liga-se a outros pontos de acordo com seus objetivos e estabelece, nessa relação, uma representação do espaço. Entretanto, não se trata mais do espaço, mas sim do território. Essa representação é, então, comunicada a outro. Nas palavras do próprio autor: “A representação proposta aqui é [...] um conjunto definido em relação aos objetivos de um ator. Não se trata pois do ‘espaço’, mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação” (RAFFESTIN, 1993, apud TURRA NETO, 200, p. 88, grifo nosso).

A discussão de Raffestin referente ao ato de comunicação social entre os múltiplos atores em causa é interessante, haja vista a condição relacional de variados poderes que se dão no lugar. A representação compartilhada pelos membros do território sustenta as bases desse projeto (como o autor se refere) comum. “Um local de relações” em que se expressa uma territorialidade, “esta ‘qualidade necessária’ para a construção de um território” (HAESBAERT, 2004, p. 86).

Ou seja,

[...] a territorialidade é definida como ‘um fenômeno de comportamento associado à organização do [lugar] em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem’ (SOJA, 1971, p. 19).

[...] Relações espaciais determinadas por inclusões ou exclusões. Parece-nos que o elemento a reter é a relação com alteridade. O outro sendo não somente o espaço modelado, mas também os indivíduos e/ou grupos que aí se inserem (RAFFESTIN, 1993, p. 159).

Nesse sentido, o autor Turra Neto (2000, p. 88) diz que é o próprio não compartilhar desse projeto territorial com outros grupos, que se determina o surgimento de **limites**; de certa forma, uma separação dos diferentes. Uma distância entre o “nós” e os “outros”.

Por sua vez, Haesbaert preocupado com a questão da flexibilidade e temporalidade de territórios, com base no trabalho de Sack (1986), apresenta que:

[...] o uso da territorialidade depende de quem está influenciando e controlando quem e dos contextos geográficos de lugar, espaço e tempo. Apesar de centralizar-se na perspectiva política, Sack também reconhece as dimensões econômicas (uso da terra) e cultural (significação do espaço) da territorialidade, intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.

Ao afirmar que a territorialidade pode ser ativada e desativada, Sack nos mostra a mobilidade inerente aos territórios, sua **relativa flexibilidade**. Ou seja, cai por terra a concepção tradicionalmente difundida de território como algo estático, ou dotado de uma grande estabilidade no tempo. Tal como ocorre com as identidades territoriais, a territorialidade vinculada às relações de poder, em Sack, é uma estratégia, ou melhor, um recurso estratégico que pode ser mobilizado

de acordo com o grupo social e seu contexto histórico e geográfico.

Sack reconhece três relações interdependentes que estão contidas na definição de territorialidade: a territorialidade envolve uma forma de classificação por área; a territorialidade deve conter uma forma de comunicação pelo uso de uma fronteira (“uma fronteira territorial pode ser a única forma simbólica que combina uma proposição sobre direção no espaço e uma proposição sobre posse ou exclusão”); a territorialidade deve envolver uma tentativa de manter o controle sobre o acesso a uma área e às coisas dentro dela, ou às coisas que estão fora através da repressão àquelas que estão no seu interior (SACK, 1986, apud HAESBAERT, 2004, p.86).

Com base na citação apresentada de Haesbaert (2004), bem como, de uma forma menos enfática no trabalho de Raffestin, mediante a característica temporal de **flexibilidade**, chega-se à conclusão de que, na área de domínio de um determinado território, podem coexistir outros territórios.

Por exemplo, dentro da área territorial do Estado – entendido como estabilidade no tempo e espaço – há territórios diversos, como território de uma gangue, de uma empresa capitalista, de grupos religiosos etc, que perdem seu efeito mediante a dispersão ou reunião momentânea, num determinado lugar, daqueles que dão vida ao território e, portanto, dão substância às relações de domínio, exclusão/inclusão, jogo de poder entre seus membros e os não-membros.

Nesse sentido, contrapondo este debate teórico à realização de um salvamento arqueológico, sabe-se que essa ação implica, de imediato, em uma mudança da organização espacial do lugar, alterando formas antigas e dando condições de surgirem novas formas, tal como a delimitação da área do sítio e seu entorno, como a abertura de trincheiras, como a própria escavação do solo e a retirada de objetos incrustados etc, mas principalmente alterando a maneira como as pessoas se relacionam com aquele espaço.

Como toda ação tem uma causa que lhe dá suporte para acontecer, a finalidade básica da realização do salvamento arqueológico é comunicar os seus resultados, envolvendo os vestígios que foram coletados no sítio,

para aqueles que não participaram dessa práxis arqueológica, inclusive ao proprietário do local onde esses vestígios se encontravam alojados e que passaram a ser um dos elementos norteadores que influenciou no surgimento do lugar 'sítio arqueológico'. Ou seja, o sítio arqueológico deve ser entendido como "lugar territorializado" pela lógica do patrimônio cultural brasileiro, antes mesmo da realização de trabalho de escavação.

Com efeito, o arqueólogo trabalha com uma esfera de valores pertinente a patrimônio cultural que possibilita objetivar suas ações, explorando para isso sistemas simbólicos da cultura brasileira, quando se trata de identidade e grupos culturais. Desse modo, Turra Neto (2004, p. 276) ao discutir a questão da comunicação, diferenciando comunicação analítica de comunicação simbólica, com base no trabalho de Claval (1999), revela que na comunicação simbólica,

[...] os indivíduos trocam códigos que permitem colocar em movimento uma cadeia de significados; nessa comunicação, ou se sentem próximos, por compartilharem os mesmos referentes, as mesmas atitudes e idéias, ou se sentem distantes. [Ou seja,] "a comunicação simbólica tem uma dupla função geográfica: ela permite aos indivíduos instalados em lugares distantes sentirem-se solidários a partir do momento em que experimentam o sentimento de ter em comum as mesmas crenças; ao contrário, ela distancia aqueles que, mesmo geograficamente próximos, aderem a religiões ou a ideologias diferentes. A geografia cultural mostra, portanto, que os grupos humanos participam de um duplo sistema de distâncias; as do espaço físico, que as técnicas permitem controlar mais ou menos bem; as dos espaços psicológicos, que cavam fossos entre os sistemas culturais, ou os preenchem, independentemente das distâncias físicas" (GOTTMANN, 1952, apud CLAVAL, 1999, p. 71).

Nesse sentido, fazendo um elo com os sítios arqueológicos e a condição de trabalho da própria equipe de arqueologia, tal condição de território regido pela lógica do patrimônio cultural brasileiro tem sua maior expressão enquanto se realiza o trabalho de salvamento arqueológico. Ou seja, é nesse momento de escavação que está se mudando, principalmente, a estrutura espacial do lugar, uma vez que, na maioria das vezes, o modo

como as pessoas se relacionam com e no lugar sítio arqueológico já foi alterado previamente com a nova condição territorial da área.

O que destaco aqui dos sítios arqueológicos seria um tipo de “micro-território”, que tem íntima relação com o que Marcelo de Souza (1995, p. 86-87) define como “territórios flexíveis”. Segundo o autor, o território é “um espaço definido por e a partir de relações de poder”, mas que também importante é considerar “[...] as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço” (SOUZA, 1995, p. 78-79).

Mais detalhadamente, Souza (1995, p. 86-87) concebe que territórios:

[...] são no fundo relações de poder projetadas no espaço que espaços concretos (os quais são apenas substratos materiais da territorialidade...), podem [...] constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, não ter existência regular mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo (SOUZA, 1995, p. 86-87, grifos nossos).

Seguindo sua argumentação, Souza (1995) fundamenta que:

[...] é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda espacialidade social – *ao menos enquanto o homem também estiver presente*. Esta última restrição admite ser ilustrada por uma imagem que mostra bem que, se todo território pressupõe um espaço social, nem todo espaço social é um território: pense-se no caso extremo de uma cidade-fantasma, testemunho de uma antiga civilização, outrora fervilhante de vida e mesmo esplendorosa, e hoje reduzida a ruínas esquecidas e cobertas pela selva; essa

cidade hipotética, abandonada, não retrocedeu, lógico, à condição de objeto natural, mas ao mesmo tempo ‘morreu’ em termos de dinâmica social, não sendo mais diretamente território de quem quer que seja (SOUZA, 1995, p. 96, grifos do autor).

Utilizando-se desse exemplo usado pelo autor, sugiro dar nome a essa antiga civilização como os grupos Guarani que, no período pré-colonial e de acordo com a estrutura social deles, organizaram e dissiparam territórios, **teko’ás**. Esses territórios Guarani resultaram nas ruínas que hoje são estudadas a partir do momento em que membros de uma equipe de Arqueologia, de acordo com leis e decretos de proteção dos lugares de interesse cultural – como na cidade de Iepê/SP – estabelecem esse “campo de forças” mediatizado por essas formas espaciais pretéritas e, destarte, definem o sítio arqueológico como palco do “território do patrimônio cultural” brasileiro.

Atualmente, o que se pode inferir dos limites dos territórios Guarani baseia-se, a princípio, na localização espacial dos objetos e resíduos de atividade Guarani que sobreviveram à deteriorização causada pelas condições ambientais em que estiveram sujeitos esses vestígios culturais ao longo dos anos, e que, desse modo, permitem diferenciar áreas onde se deram atividades cotidianas de grupos Guarani. Considerando essa prerrogativa de localização dos objetos Guarani, aceita-se portanto que, num tempo pretérito, em conformidade ao contexto histórico-cultural em que os mesmos foram produzidos e utilizados como ferramentas pelos homens e mulheres do grupo, esses objetos delimitam e atestam uma ordem grupal no tocante à maneira como constituíram território(s).

Nesse sentido, é interessante pensarmos a situação do lugar sítio arqueológico onde se opera uma ordem, uma informação de enfoque patrimonial, que é posta em dinâmica mediante a atividade arqueológica, cujo dever é colocar os não-membros desse território patrimonial em contato com seu objeto de estudo, que nada mais é que evidenciar informações materializadas de antigos territórios Guarani, como no presente estudo. Ou seja, investigar o conteúdo do sítio arqueológico é concluir que ali foi o lugar de vivência de um modo de ser Guarani pretérito, cujas relações se desenvolveram em atividades de caça, de pesca, de lavoura, atividades ritualísticas etc.

No entanto, referente a limite, quando essa informação do território Guarani pré-colonial chega ao nosso tempo, ela é parcial. O que delimitamos

especialmente como sítio arqueológico, respalda-se basicamente na concentração de vestígios materiais da cultura Guarani pré-colonial em uma área. Atualmente, é importante ter em mente que há uma certa impossibilidade de conhecer essa “informação Guarani” na sua totalidade, como foi vivida pelos Guarani. Somente se pode inferir alguns momentos dessa realidade pretérita, e ainda assim, essa interpretação será passível de distorção na razão de ser feita com base nos preceitos do cientista interpretador.

Seguindo esse raciocínio, é interessante apresentar a observação feita por Bonnemaision (2002), de que o “território é antes de tudo uma conviabilidade”, haja vista que,

Haesbaert (2004, p. 69), tomando o exemplo de uma sociedade indígena, declara que

[...] facilmente podemos afirmar que ela constrói seu território como área controlada para usufruto de seus recursos, especialmente os recursos naturais (algo bastante genérico e, portanto, variável entre os diferentes grupos). Mas os referentes espaciais, aí, também fazem parte da vida dos índios como elementos indissociáveis, na criação e recriação de mitos e símbolos, podendo mesmo ser responsáveis pela própria definição do grupo enquanto tal. [Continua o autor, ressaltando a importância da perspectiva materialista na percepção de território, somada a incorporação de uma dimensão ideal ou ‘apropriação simbólica’, pois:] [...] o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio tanto das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem (HAESBART, 2004, p. 69, grifos do autor).

Como exemplo, pode-se, então, inferir que, no âmbito da sobrevivência física, os grupos Guarani organizaram para si uma determinada parcela de terra, a fim de nesse local cultivar uma roça e assim obter o alimento necessário ao suprimento das necessidades físicas e

biológicas dos integrantes do grupo. Paralelamente, pode-se supor que, para os grupos Guarani, mais do que uma área onde cresce o alimento, aí também podia ser o lugar de morada das divindades, dos seus deuses, os quais eram os corresponsáveis por uma boa colheita. Segundo Montardo (2002), trabalhando com índios Guarani-Kaiová atuais, explica-se assim a prática de realizações de rituais em comemoração à colheita do milho.

Nesse sentido, uma mata, um afloramento de rochas basálticas, um curso d'água são elementos importantes para o levantamento de assentamentos pré-coloniais de grupos Guarani, uma vez que estão costumeiramente presentes e, portanto, são indicadores para uma provável localização. Ou seja, de uma certa maneira, pode-se aceitar que tais características seriam símbolos norteadores para os grupos Guarani se instalarem em um novo local ou retornarem aos seus antigos assentamentos. Segundo indicação de Lopes (2003), os símbolos ou signos são internalizados pelo indivíduo, inseridos num determinado ambiente cultural e ideologicamente formalizados, criando representações mentais que levam a construir uma forma particular de ver o mundo que, por vezes, acaba por substituir os objetos do “mundo real”.

Lira (2002) chama a atenção ao explicitar que, frente ao quadro judicial de que grupos indígenas participam no processo de demarcação de terras indígenas, o conceito de território capitalista tem entrado em choque com a concepção que as sociedades indígenas contemporâneas têm de território. Para ele, o território indígena:

É seu espaço geográfico e histórico, com sua cobertura vegetal característica, suas espécies medicinais, suas fontes de matérias-primas, seus frutos, raízes, sua fauna, seus pássaros e peixes, suas cabeceiras, córregos e rios e com seus lugares sagrados, moradas de espíritos e divindades culturais. É o espaço no qual, durante milênios ensaiou seus movimentos, seus gestos, suas expressões culturais e seu ritmo da vida, enfim, construiu sua história (OLIVEIRA, 1997 apud LIRA, 2002, p. 101).

Dito de outra forma, a noção de território indígena não se baseia apenas na relação de poder nele instituído, mas o mesmo “está representado fortemente no sistema simbólico, mantido ao longo da história de uma tribo com seu habitat” (LIRA, 2002, p. 102).

É interessante mencionar que a exemplo de reivindicação judicial de um território com base na identidade e memória coletiva, grupos indígenas lutam pelo direito de uso de antigas áreas em que habitaram. Nesses processos judiciais de demarcação de terras indígenas, arqueólogos são chamados para fazerem perícias a fim de que indiquem ou não a presença pretérita de indícios dessa ocupação indígena, legitimando a ação judicial em causa. Para essa perícia, junto com profissionais de outras áreas, investiga-se a presença na área dos vestígios culturais de grupos indígenas, bem como, aceitam-se, como apoio, fontes escritas que revelem indícios da ocupação, entrevistas com os índios e com antigos moradores, entre outras alternativas.

Ressalta-se, então, o papel do arqueólogo, que no desempenho de sua profissão, por vezes, atua em nome do poder político do Estado, por exemplo, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para instituir o que venha a ser sítio arqueológico num dado local. Essa legitimidade dada pelo IPHAN dá-se, mais efetivamente, quando se configura uma exigência de salvamento arqueológico junto a um processo de licenciamento ambiental, para que a área esteja liberada efetivamente à implantação e/ou regulamentação da atividade planejada.

No tocante à situação relacional de poder latente que se concentra na mão do arqueólogo perante o dono da propriedade onde se situa um sítio arqueológico, esta pode ser muito conflituosa caso o proprietário se sinta prejudicado a partir do reconhecimento do sítio em sua propriedade. É sabido que o arqueólogo pode tomar como medida o pedido de embargação temporária ou definitiva dessa área perante o IPHAN ou um órgão responsável pela curadoria do patrimônio cultural. Neste último caso, de embargação definitiva, o intuito é destinar o sítio a um fim exclusivamente educacional e de preservação do patrimônio cultural *in locus* – caracterizando o sítio-escola arqueológico – o que, conseqüentemente, decorre na perda do direito de uso privado da terra para prevalecer um fim coletivo. No entanto, o que comumente acontece é a retirada desses objetos do seu meio, sendo expostos de forma ordenada e explicativa, na maioria das vezes protegidos por vitrines, nos museus.

Haesbaert (2004, p. 71-72) ao discutir a dimensão simbólica que envolve o território, utilizando-se do trabalho de Bonnemaïson e Cambrezy (1996), reforça sua dimensão enquanto representação, valor simbólico, já que para ele:

[...] a abordagem utilitarista de território não dá conta dos principais conflitos no mundo contemporâneo. Por isso, “o território é primeiro um valor”, pois, a “existência, e mesmo a imperiosa necessidade para toda sociedade humana de estabelecer uma forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida, parece claramente estabelecida”. [Explicando melhor,] “o poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico” (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1996, p. 10).

Seguindo seu raciocínio, Haesbaert (2004, p.72-73) concorda em afirmar que:

[...] nas sociedades agrícolas pré-industriais e nas sociedades ‘primitivas’ de caçadores-coletores, o território não se definia por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação, ou, se preferirmos, de pertencimento. Este princípio explica a intensidade da relação ao território. Ele não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita. É uma parcela de identidade, fonte de uma relação afetiva ou mesmo amorosa ao espaço (HAESBAERT, 2004, p. 72-73).

Um aspecto importante a ser lembrado neste debate é que, mais do que território, **territorialidade** é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como a simples ‘qualidade de ser do território’, é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território. Assim, quando a “[...] força desta carga simbólica é tamanha, o território é visto como ‘um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos’” (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1996, p. 14, grifos nossos).

Segundo Pinchemel, citado em Mesquita (1995, p. 81), é interessante interrogar-nos “sobre a diversidade da noção de território e de territorialidade, no tempo e nas diversas culturas e civilizações, pois são os valores territoriais que de fato definem as naturezas de territórios que os homens instauram”.

Nesse sentido, pertinente ao território patrimonial, caracteriza-se a condição de **limite** ou fronteira que separa os “de dentro”, representados pela equipe de arqueologia, e os “de fora”, mediante uma relação dialética entre inclusão e exclusão. Tais limites, de acordo com a educação patrimonial, tendem a não ser fixos. Quando se tem a finalização da análise dos vestígios arqueológicos, tem-se um conhecimento elaborado que pode e se espera que seja objeto de uma comunicação, por exemplo, em artigo de revista ao seu leitor, em sala de museus aos seus visitantes etc.

Inserido nessa lógica do ideário patrimonial, o museu é compreendido como o local onde a comunidade se depara com sua própria história, suas tradições e seus valores, passando a desempenhar papel preponderante na afirmação da identidade cultural e na manutenção da memória de um povo.

Nessa perspectiva, o museu é o local que auxilia a finalização dessa comunicação simbólica empreendida pelo arqueólogo ao seu público, por meio da formação de um sítio arqueológico **musealizado**, o qual além da transmissão de conhecimentos de forma sistematizada, atende também aos preceitos do patrimônio cultural. O museu seria então um território para estabelecer um contato muito próximo com os indígenas Guarani pretéritos, que ali se encontram representados por meio dos seus objetos culturais. Com efeito, ressalta-se uma outra condição de fronteira para esse “sítio arqueológico musealizado”.

De qualquer maneira, esses utensílios poderão ser objeto de diferentes estudos, cada vez que se fizer pertinente a obtenção de novos conhecimentos e, portanto, serem dotados de outros significados que enriquecerão a identidade de grupos formadores da nação brasileira.

Pensar o sítio arqueológico como território patrimonial é considerar, hoje, a apropriação de cunho cultural-simbólico que se faz de uma história pretérita Guarani atrelada a essa área. Ou seja, o sítio arqueológico, a princípio, é qualificável por **informações** pré-coloniais de ordem social, cultural, econômica e religiosa, as quais foram compartilhadas entre os membros do grupo mediante a vigência desse território Guarani, e que o

arqueólogo e por extensão a sociedade tende a conhecê-las com uma certa restrição.

3. Considerações finais

Para a Arqueologia, conforme definem alguns autores (SCATAMACCHIA, 1990; MARANCA, 1985; OLIVEIRA, 2002; FACCIO, 1998) esta é uma ciência empenhada no estudo do modo de vida de populações por meio dos seus vestígios materiais, sendo as fontes não-escritas seu material de trabalho por excelência. Como materializações de uma cultura pretérita, os vestígios arqueológicos são matérias-primas potenciais para investigar o sentido simbólico-imaterial da cultura, a partir da sistematização de características como tecnologia, matéria-prima, utilidade, estado de conservação etc.

Dessa maneira, estima-se, a princípio, o papel contribuidor que compete à Arqueologia, uma vez que os pressupostos metodológicos atêm-se ao resgate, estudo e conservação de objetos culturais que, de alguma forma, encontram-se sob o risco de deteriorização e extinção, principalmente quando pertencentes a populações que viveram na pré-história ou em época pré-colonial, adequando-se ao caso em epígrafe. Por conseguinte, além de buscar uma lógica cultural pretérita envolvendo os artefatos, de preferência com a análise conjunta dos artefatos no contexto do lugar onde foram produzidos, a Arqueologia tem servido indiretamente como meio facilitador para a ressignificação desses objetos como ícones representativos da identidade brasileira, haja vista a disponibilização de conhecimentos para constituir em memória coletiva.

Nesse sentido, explorando esse viés cultural de contínua apropriação que o homem faz na sua condição geográfica de lugar, espaço e tempo, tal como dotando os objetos pré-coloniais de grupos Guarani de nova funcionalidade e significado, é que a condição de patrimônio cultural dos vestígios Guarani oferece a possibilidade de preservá-los como exemplares da cultura. Sobre tais objetos recai a necessidade (ou obrigatoriedade) de apoio material que leva à preservação da memória coletiva em nome da história da formação do povo brasileiro.

Ou seja, o sítio arqueológico, como materialidade apreendida hoje, fez parte de uma condição pretérita de lugar para os índios Guarani pré-coloniais, onde se desenvolvia o modo de 'ser' Guarani e, portanto, numa condição de organização de território(s), que pode ter se estendido por uma abrangência espacial maior que dotamos ao sítio arqueológico.

Paralelamente, para o "lugar territorializado Guarani" quando reconhecido na sua configuração de "sítio arqueológico", lhe é atribuído novos usos, funções e significados, envolvendo representação de identidades e memórias. Isto significa dizer que os vestígios arqueológicos Guarani, como bens do patrimônio cultural brasileiro, são representantes de uma situação cultural pregressa, bem como, de forma consciente, deseja-se legá-los a futuras gerações de brasileiros, como a outros povos do mundo também. Assim, o passado dá um sentido de identidade, de pertença e possibilita ter consciência da nossa continuidade como pessoas através do tempo (SILVA, 2005).

4. Referências Bibliográficas

ANDRADE, S. M. **O patrimônio histórico arqueológico de Serra da Mesa: a construção de uma nova paisagem**. 2002, 257 f. Tese (Doutorado em Geografia) – USP/FFLCH, São Paulo.

ARANTES, A. A. (Org.) **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Geografia cultural: um século** (3). Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. p. 83-131.

BONNEMAISON E, J ET AL. Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Eduerj, , 1996, p. 10

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999. 453 p.

FACCIO N. B. **O contexto arqueológico da Mesorregião da Capivara**. 1996, 144 f. Qualificação-Tese (relatório de qualificação para Doutorado em Arqueologia) – FFLCH, Universidade de São Paulo.

GONÇALVES, C. W. P. **Da Geografia às geo-grafias**: um mundo em busca de novas territorialidades. In: AGB Nacional – Geografia Humana. Disponível em: <<http://www.cibergeo.org/agbnacional/humana.htm>>. Consultado em: 18/06/2005.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

LIRA, E. R. **Descontinuidade do território Khahô**. 2002, 235 f. Qualificação-Tese (relatório de qualificação para Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP – Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

LOPES, J. J. M. **Então somos “mudantes”**. 2003, 201 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MARANCA, S. **Dados preliminares para uma classificação do material cerâmico pré-histórico**. Revista do Museu Paulista (Nova Série), São Paulo, v. 30, p. 235-250, 1985.

MESQUITA, Z. **Do território à consciência territorial**. In: _____; BRANDÃO, C. R. (Orgs). Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/UFRGS/UNISC, 1995. p.76-92.

MONTARDO, D. L. O. **Através do Mbaraká**: música e xamanismo guarani. 2002. 277 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1988. 156 p.

OLIVEIRA, S. N. **A Arqueologia Guarani**: construção e desconstrução da identidade indígena. 2002, 135 f. Dissertação de mestrado - Universidade de Campinas, Campinas.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

RATTS, A. J. P. A Geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: _____; ALMEIDA, M. G. (orgs.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 29-48.

RIQUE, L. **Do senso-comum à geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004. 140 p.

SCATAMACCHIA, M. C. M. **A Tradição policrômica no leste da América do Sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupinambá**: Fontes arqueológicas e etno-históricas. 1990, 310 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - FFCLH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCHIAVETTO, S. N. O. A questão étnica no discurso arqueológico: afirmação de uma identidade indígena minoritária ou inserção na identidade nacional? In: _____; FUNARI, P. P.; ORSER Jr., C. E. (Orgs.). **Identities, discurso e poder**: estudos de arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005. p. 77-90

SOUZA, Marcelo J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

TURRA NETO, N. Do território aos territórios. In: SOUZA, A. J.; SOUZA, E. B. C.; MAGNOMI JR., L. (orgs.). **Paisagem, território e região**: em busca da identidade. Cascavel: Edunioeste, 2000. p. 87-101.

SILVA, E. P. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. Disponível em: <<http://www.aguaforte.com/antropologia/Peralta.html>>. Acesso em: 11 set. 2005.